

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

Ofício nº PMC/SEPLAN/DCONV/302/2025
Congonhas, 09 de setembro de 2025

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 2427/2025
Data: 09/09/2025 - Horário: 12:35
Legislativo

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Fomento N°045/2025, que entre si Celebram o Município de Congonhas e a Associação Amar e Conectar - para ciência e controle.

Atenciosamente,

NATHAN
FILIPE CARMO
MOREIRA:084
97682688

Assinado de forma
digital por NATHAN
FILIPE CARMO
Nº 97682688
Data: 2025.09.09
10:39:01 -03'00'

Nathan Filipe Carmo Moreira
Secretário Municipal de Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 045/2025.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido inscrito no RG Nº 4.370.328 e pelo Secretário Municipal de Saúde, **Geraldo Gilmar Ataydes Seabra**, portador do CPF 427.001.756-20, brasileiro, portador da CI nº M2222526, e a ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR, CNPJ nº 51.072.378/0001-31 com sede a Hematita, nº 128, Bairro Praia, Congonhas, Minas Gerais, neste ato representado por sua Presidente Camila Soares Rodrigues dos Santos, portadora do RG MG 16.968.589 e do CPF nº 102.403.616-28, doravante denominada OSC Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

EMENDA IMPOSITIVA

Processo Administrativo nº. 3797/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo tem por objeto o repasse de recursos financeiros para desenvolver ação de apoio e orientação sócio familiar para crianças e adolescentes neurodivergentes, através do projeto CRESCER E CONECTAR, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade social.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

2.1 - O MUNICÍPIO nomeia como gestor do presente Termo de Fomento, 2025, a servidora Yanara Bernardino de Almeida, conforme Portaria nº 906/2025.

2.2 São obrigações do Gestor:

I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;

II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;

IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II – cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

2.5.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: Camila Alves de Oliveira Caixeta e Marina Monteiro de Castro, conforme Portaria nº PMC/906/2025.

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

a) análise do objetivo e sua finalidade;

b) acompanhamento mensal da prestação dos serviços;

c) análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.






PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 - Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I - SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;
- b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;
- d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;
- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);
- g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;
- h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;
- i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.
- j) demonstrar de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;
- k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto;
- b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
- c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;
- f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;
- k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);
- l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;
- m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;
- p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- q) *assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de Fomento e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento, no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.*

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Fomento prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Finanças, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.

§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão: 15 Unidade: 01. Função: 10 Subfunção: 302. Programa: 0057 Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – Saúde – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) – Fonte: 1500



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

II - se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;

III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

- a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX – as cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- Na cotação não se pode colocar marca: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório".
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.
- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa prévia de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;

XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;

XV - Declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

e patrimonial;

XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.

§ 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 3º As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

§ 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:

I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;
- b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.

§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA TOMADA DE CONTAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;

III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;

II – Cópia autenticada deste Termo;

III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;

IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;

V – Relatório emitido pela Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;

VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;

VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas, inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive, na forma da legislação vigente aplicável;

II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;

II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;

III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem vigência a partir da data da assinatura até 31/08/2026, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

Fica vedado à OSC:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;
- c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;
- d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

- f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- g) deixar de aplicar os recursos;
- h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;
- j) pagar despesas a título de taxa de administração;
- k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 3º Ainda que não esteja vigente, desde já fica autorizada a fiscalização dos bens cedidos em doação, por equipe nomeada pela Secretaria demandante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas, 19 de agosto de 2025

Camila Soares Rodrigues dos Santos

Presidente da Associação Amar e Conectar - ASAMAR

Geraldo Gilmar Athaydes Seabra

Secretário Municipal de Saúde

Anderson Costa Cabido

Prefeito Municipal de Congonhas

**PLANO DE TRABALHO
TERMO DE PARCERIA**

1 - DADOS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONGONHAS		CNPJ: 16.752.446/0001-02
ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 – Centro		
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.410-064
NOME DO RESPONSÁVEL: Anderson Costa Cabido	CI: M-4.370.328	CPF: 813.617.426-15
CARGO: Prefeito		

2 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC		Associação Amar e Conectar		CNPJ: 51.072.378/0001-31
ENDEREÇO: Rua Hematita ,nº 128 , Bairro Praia				
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36416.134	TELEFONE: 3199674-8561	
CONTA CORRENTE ESPECÍFICA:	BANCO:	AGÊNCIA:		
NOME DO RESPONSÁVEL: Camila Soares Rodrigues dos Santos		Nº IDENTIDADE: MG-16968.589	CPF: 102.403.616-28	
ENDEREÇO: Rua Hematita 128, Praia				
CARGO: PRESIDENTE	TELEFONE: 31-99674-8561	E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA OSC: amareconectar@outlook.com / milarodrigues21@hotmail.com		

3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

A Associação Amar e Conectar - ASAMAR foi fundada em 30 de maio de 2023 com o objetivo principal de defender os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Deficiência Intelectual (DI). Nosso Propósito é promover a inclusão, o bem-estar e a cidadania dessas pessoas, fortalecendo vínculos familiares, sociais e comunitários.

Áreas de Atuação

A ASAMAR atua em diversas frentes, desenvolvendo projetos e ações que garantem a acessibilidade, o respeito à diversidade e o apoio integral às famílias e pessoas neuroatípicas. Nossas iniciativas têm como foco central a educação, a conscientização e a capacitação, transformando a sociedade em um espaço mais inclusivo e acolhedor.

Principais Realizações

Desde sua fundação, a ASAMAR vem impactando positivamente a comunidade por meio de ações estratégicas e transformadoras, entre elas:

Ações de Conscientização

Caminhadas de Conscientização: Realizamos anualmente em específico no mês de abril caminhadas de conscientização que reúne famílias, profissionais e a comunidade para promover a conscientização sobre os direitos e as necessidades das pessoas com TEA, TDAH e DI.

Blitz de Conscientização:

É organizada anualmente blitz educativas, com distribuição de materiais informativos e diálogo com a população para reforçar o respeito e a inclusão.

A ASAMAR acredita que cada pessoa tem o direito de viver plenamente e ser respeitada em sua singularidade. Nosso compromisso é continuar lutando por políticas públicas efetivas, promovendo ações inclusivas e fortalecendo a rede de apoio às famílias e indivíduos neuroatípicos.

4 - TÍTULO DO PROJETO

Projeto Crescer e Conectar

PERÍODO DE EXECUÇÃO:
INÍCIO: a partir da assinatura do termo
TÉRMINO: 31 de agosto de 2026

5 - OBJETO

O presente Termo tem por objeto o repasse de recursos financeiros para desenvolver ação de apoio e orientação sócio familiar para crianças e adolescentes neurodivergentes, através do projeto CRESCER E CONECTAR, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade social.

6 - LOCAL (ENDEREÇO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

A ASAMAR utilizará de uma sala comercial que será alugado após aprovação do projeto junto com clínicas parceiras de cada profissional, sendo elas:

Aulas de karatê será executada na academia do contratado localizada na Rua Regina Andrade 160, Bairro Belvedere.

Atendimentos com a Psicóloga será executado nas sala alugada pela associação, com endereço a se definir.

Atendimento com a fonoaudióloga será executado na clínica do Doutor Rogerio, onde a mesma já realiza atendimentos.

Atendimento com a Terapeuta Ocupacional será executado na clínica do Doutor Rogerio, onde a profissional já realiza atendimentos.

Atendimento com a Neuropsicopedagoga será executado no espaço alugado pela associação.

7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Crianças e adolescentes neuroatípicos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual e outras condições, enfrentam desafios específicos que afetam não apenas sua interação social e desenvolvimento, mas também a dinâmica de suas famílias. Esses desafios demandam ações especializadas que promovam o apoio familiar e social de maneira integrada e contínua. Este projeto se torna essencial ao propor soluções que combatem o risco social e a exclusão, fortalecem os laços familiares e comunitários, e promovem a formação cidadã tanto dos indivíduos atendidos quanto de seus familiares. Ao reconhecer a diversidade das condições neuroatípicas e suas implicações, o projeto visa criar um ambiente de suporte que fomente o empoderamento das famílias, ofereça ferramentas práticas para lidar com os desafios cotidianos e construa uma rede de apoio inclusiva e sustentável para toda a comunidade.

Crianças e adolescentes neuroatípicos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual e outras condições, enfrentam desafios específicos que afetam não apenas sua interação social e desenvolvimento, mas também a dinâmica de suas famílias. Esses desafios demandam ações especializadas que promovam o apoio familiar e social de maneira integrada e contínua. Este projeto se torna essencial ao propor soluções que combatem o risco social e a exclusão, fortalecem os laços familiares e comunitários, e promovem a formação cidadã tanto dos indivíduos atendidos quanto de seus familiares. Ao reconhecer a diversidade das condições neuroatípicas e suas implicações, o projeto visa criar um ambiente de suporte que fomente o empoderamento das famílias, ofereça ferramentas práticas para lidar com os desafios cotidianos e construa uma rede de apoio inclusiva e sustentável para toda a comunidade.

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades/projetos e as metas a serem atingidas)

Diante da realidade que observamos na comunidade os aumentos de diagnósticos vem nos preocupando. Vendo a necessidade de proporcionar a oportunidade de atendimentos multidisciplinares.

Serão atendidas 65 crianças e adolescentes neuroatípicos (incluindo pessoas com TEA, TDAH, deficiência intelectual e outras condições). Selecionando-as com os critérios mencionados, através da Assistente Social.

Cada atendido será beneficiado com uma escolha dos profissionais de acordo com sua necessidade.

Obs: Caso não seja preenchido todas as vagas de determinado profissional o participante que já se inscreveu poderá escolher mais uma opção de atendimento.

Realizará atendimentos semanais com a equipe multidisciplinar abordando atividades para melhorar as habilidades sociais, mobilidade e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

No entanto, o leque de atividades permanecerá aberto para incorporar novas ideias e necessidades identificadas ao longo do projeto, sempre com o objetivo de estimular a autoestima, a autonomia do participante.

Será documentado detalhadamente todas as atividades e resultados do projeto por meio de relatórios mensais. Esses relatórios incluirão lista de presença, registros fotográficos das ações realizadas, depoimentos de participantes e análises de impacto qualitativo e quantitativo. O atendido que tiver 3 faltas injustificadas consequentemente passa sua vaga para um próximo beneficiário que passará por todos os critérios de seleção já mencionado.

O objetivo é garantir não apenas a transparência das ações realizadas, mas também a eficácia do projeto no cumprimento de seus propósitos e metas. Além disso, esses registros servirão como base para futuras melhorias e adaptações das iniciativas, promovendo um ciclo contínuo de aperfeiçoamento.

9- PÚBLICO-ALVO (beneficiados direta e indiretamente)

Crianças e adolescentes neuroatípicos de 04 a 17 anos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) e outras condições, prioritariamente em situação de risco social, considerados de baixa renda e inscritos no CadÚnico, e suas famílias. Podendo ser selecionada outras crianças que não se enquadra em baixa renda. Serão selecionados pela assistente social contratada.

Cada atendido terá seu prontuário contendo todas informações necessária como endereço e laudos médicos que ficará de posse da coordenação do projeto e com cada profissional que estiver atuando com o atendido no projeto.

10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO (forma de execução das atividades ou do projeto). Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público-alvo

O projeto será desenvolvido por meio de uma abordagem interdisciplinar e integrada, envolvendo atividades planejadas para atender às necessidades específicas de crianças e adolescentes neuroatípicos e suas famílias. A seguir, detalhamos a forma de execução das atividades:

Atendimentos Terapêuticos

Aulas de Karatê (Professora) 2h/semana

Realiza dois treinamentos semanais com 1 h de treino com objetivo de melhorar a coordenação motora, trabalhar o respeito, a disciplina e aumento da autoestima e confiança.

Fonoaudióloga 7h/semana

Sessões individuais 40 minutos

Atende às necessidades de comunicação dos participantes, promovendo desenvolvimento linguístico e social.

Psicóloga 10h/ semana

Sessões individuais 40 minutos

Responsável por atender às necessidades emocionais e sociais dos beneficiários.

Terapeuta Ocupacional 7h/semanal

Sessões individuais 40 minutos

Promove o desenvolvimento das capacidades motoras e cognitivas dos participantes.

Neuropsicopedagoga: 10h / semanal

Sessões individuais 40 minutos

Trabalha o desenvolvimento do participante no âmbito escolar.

Integrantes do projeto:

Coordenador Geral 20h/semanais

Responsável pela supervisão e gerenciamento global do projeto, garantindo que todas as etapas sejam executadas conforme planejado.

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

ATIVIDADE(S) (RESUMO)	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS
--------------------------	----------	----------------------

Aulas de Karatê – atividades que serão realizadas duas vezes na semana, trabalhando a disciplina e respeito com os participantes.	Proporcionar tempo de atividades físicas em que será trabalhado o corpo e mente.	Espera-se que ao longo do projeto o beneficiário melhore sua coordenação motora, melhores a mobilidades e desenvolva habilidades que os auxiliem na rotina com a sociedade.
Atendimento com a Psicóloga - atendimentos semanais realizados de forma individualizada, com foco no desenvolvimento emocional, social e comportamental das crianças e adolescentes.	Trabalhar questões comportamentais e emocionais do paciente.	Melhoria significativa da autoestima e da confiança em suas capacidades. Ampliação das habilidades de comunicação, socialização e convivência
Atendimento com a fonoaudióloga- atendimentos individuais a serem direcionados ao desenvolvimento da comunicação e linguagem, adaptados às particularidades de cada beneficiário. Atividades para melhorar a articulação, fluência e compreensão verbal, com suporte para ampliar o repertório comunicativo das crianças.	Verificar a necessidade do paciente selecionado, para trabalhando de forma individual a comunicação oral e de linguagens.	Melhoria na desenvolvimento de comunicação do atendido.
Atendimento com a Terapeuta Ocupacional- Sessões individuais para estimular habilidades motoras, cognitivas e de autonomia. Atividades práticas, como brincadeiras estruturadas e exercícios funcionais, para fortalecer o desenvolvimento integral dos participantes.	Fortalecer o desenvolvimento intelectual e motor do participante.	Melhoria significativa de ganho de habilidades e desenvolvimento do atendido para melhor capacitação do mesmo na comunidade.
Atendimento com a Neuropsicopedagoga Sessões individuais que fortalece o desenvolvimento psicológico e pedagógico do atendido	Fortalecer o processo de aprendizagem junto a escola.	Melhoria do contexto escolar, facilitando a inclusão do atendido junto a período escolar e convívio social de forma geral.

12 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVOS / METAS (quantitativas e mensuráveis a serem atingidas)	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Objetivo é proporcionar terapias multidisciplinares que promove grande desenvolvimento e qualidade de vidas dessas crianças e adolescentes.</p> <p>A criança ou adolescente selecionado poderá escolher qual terapia deseja realizar de acordo com o laudo médico. Dessa forma o projeto conseguirá abranger a oportunidade para mais beneficiários. Não tendo preenchido todas as vagas o participa tente poderá selecionar mais uma atividade do projeto.</p> <p>Serão atendidos em média mais de 50 crianças que se encaixar nos critérios de seleção.</p>	<p>Cada profissional atuará com um número específico de paciente. Determinado a seguir:</p> <p>Aulas de karatê 15 vagas Atendimento psicológico 15 vagas Atendimento fonoaudiólogo 10 vagas Atendimento de Terapia Ocupacional – 10 vagas Neuropsicopedagoga – 15 vagas</p> <p>Totalizando: 65 participantes. Esse número poderá alterar caso não seja preenchendo todas as vagas o participante poderá fazer mais de um atendimento.</p>	Relatórios técnicos detalhados, contendo lista de presença, assinatura dos participantes e registros fotográficos

13 - CONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

RESUMO GERAL - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ITEM	CÓD. RECURSO	NATUREZA DOS RECURSOS	PRAZO INICIAL		PRAZO FINAL		VALOR (R\$)
			MÊS	ANO	MÊS	ANO	
2	14	MATERIAIS DE CONSUMO	Agosto	2025	Agosto	2026	4.120,00
3	15	MATERIAIS/BENS PERMANENTES	Agosto	2025	Agosto	2026	15.700,00
4	16	SERVIÇOS DE TERCEIROS	Agosto	2025	Agosto	2026	355.180,00

TOTAL DO PROJETO

375.000,00

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

14- MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Itens de higiene (papel higiênico, desinfetante, vassoura, panos, baldes e etc.)	unidade	12	SOB DEMANDA	1.720,00
2	Itens de papelaria (papel, canetas e etc.)	unidade	12	SOB DEMANDA	1.200,00
3	Gêneros Alimentícios e matéria de copa e cozinha	unidade	12	SOB DEMANDA	1.200,00

TOTAL MATERIAIS DE CONSUMO

4.120,00

Justificativas ITENS 1,2,3: Como haverá variação no número de crianças atendidas, bem como as dificuldades, não tem como mensurar a quantidade dos itens de Higiene, Papelaria e Gêneros Alimentícios, por isso foi utilizado o termo sob demanda

15- MATERIAIS/BENS PERMANENTES

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Notebook	unidade	2	4.000,00	8.000,00
2	Aparelho celular	unidade	1	1.500,00	1.500,00
3	Bebedouro	unidade	1	300,00	300,00
4	Brinquedos pedagógicos	Sob Demanda	sob demanda	1.000,00	1.000,00
5	Mesa de Computador	unidade	2	600,00	1.200,00
6	Cadeiras de Computador	unidade	2	500,00	1.000,00
7	Cadeiras de espera	unidade	1	500,00	500,00
8	Armario Multiuso	unidade	1	700,00	700,00
9	Impressora	unidade	1	1.500,00	1.500,00

TOTAL MATERIAIS/BENS PERMANENTES
15.700,00

Justificativa Brinquedos: Como haverá variação no número de crianças atendidas, bem como as dificuldades, não tem como mensurar a quantidade de brinquedos a serem adquiridos, por isso foi utilizado o termo sob demanda

16- SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Assistente Social	mês	12	1.500,00	18.000,00
2	Gestor de Projeto	mês	12	4.450,00	53.400,00
3	Assistente Jurídico	mês	12	700,00	8.400,00
4	Contador	mês	12	250,00	3.000,00
5	Coordenador Geral	mês	12	4.450,00	53.400,00
6	Fonoaudiólogo	mês	12	4.400,00	52.800,00
7	Psicólogo	mês	12	3.000,00	36.000,00
8	Neuropsicopedagogo	mês	12	3.240,00	38.880,00
9	Terapeuta Ocupacional	mês	12	4.000,00	48.000,00
10	Professor de Karatê	mês	12	2.000,00	24.000,00
11	Copasa	mês	12	50,00	600,00
12	Internet	mês	12	150,00	1.800,00
13	Plano Telefonico	mês	12	100,00	1.200,00
14	Cemig	mês	12	150,00	1.800,00
15	Aluguel da sala	mês	12	850,00	10.200,00
16	Camisas	unidade	70	50,00	3.500,00
17	Placa para o escritório	unidade	1	200,00	200,00

TOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS
355.180,00
17 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO

Órgão: 15 Unidade: 01. Função: 10 Subfunção: 302. Programa: 0057 Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – Saúde – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) – Fonte: 1500

18 - VALOR PARCERIA APLICADO PELO MUNICÍPIO (RS)
RS 375.000,00
19 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – MUNICÍPIO

VALOR MENSAL (RS)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
	-	-	-	-	-	-
	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
		RS 175.000,00	RS 100.000		RS 50.000,00	RS 50.000,00

20- DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Declaro, para fim de prova junto ao Município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.

Congonhas, _____

Camila Soares Rodrigues dos Santos

Camila Soares Rodrigues dos Santos

Presidente da OSC -

21- APROVAÇÃO DA CONTROLARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS

O termo encontra guarida legal:

DEFERIDO (☒) INDEFERIDO ()

- a) (☒) Previsão legal
- b) (☒) Previsão orçamentária
- c) (☒) Recursos financeiros
- d) (☒) Compatibilidade com a LDO
- e) (☒) Compatibilidade com o PPA

Rosângela Ferreira da Costa Braga
Rosângela Ferreira da Costa Braga
Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno

22 - APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

DEFERIDO () INDEFERIDO ()

Anderson Costa Cabido
Anderson Costa Cabido
Prefeito de Congonhas

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 1793-0 - CONGONHAS (MG), inscrita no CNPJ n.º 000.000/2586-01, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: ASSOCIACAO AMAR E CONECTAR, CNPJ n.º 51.072.378/0001-31, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, sediada à HEMATITA,, CEP 36.416-134, telefone(s) (31) 9674-8561.

Dirigente(s)

Nome	CPF
VERONICA AMANDA APARECIDA OLIVEIRA	142.546.846-22
CAMILA SOARES RODRIGUES DOS SANTOS	102.403.616-28

Dados da conta

Agência 1793-0, Conta-Corrente n.º 56.744-2, Poupança Ouro n.º 510.056.744-5 e Poupança Pouplex n.º 960.056.744-7 abertas em 25/08/2025.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações



em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

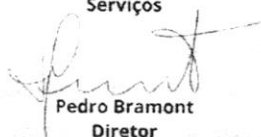
Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

CONGONHAS (MG), 25/08/2025

Contratado

Diretoria de Soluções em Meios de Pagamentos e
Serviços



Pedro Bramont
Diretor

Proponente/Contratante

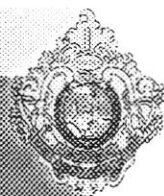
Razão Social: ASSOCIACAO AMAR E CONECTAR

CNPJ: 51.072.378/0001-31



Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 28 de Agosto de 2025 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 15 | Nº 4062

TERMO DE FOMENTO Nº. 45/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, portador do RG nº. M2222526 e do CPF nº. 427.001.756-20, e a **ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR**, inscrita no CNPJ sob o nº. 51.072.378/0001-31, com sede a rua Hematita, nº 128, Bairro Praia, Congonhas, Minas Gerais, representada por sua Presidente, Camila Soares Rodrigues dos Santos, portadora do RG MG 16.968.589 e do CPF nº. 102.403.616-28. Objeto: Repasse de recursos financeiros para desenvolver ação de apoio e orientação sócio familiar para crianças e adolescentes neurodivergentes, através do projeto CRESCER E CONECTAR, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – Saúde – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) – Fonte: 1500. Vigência: 19/08/2025 a 31/08/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, Secretário Municipal de Saúde; Camila Soares Rodrigues dos Santos, Presidente da Associação Amar e Conectar.

Código de Validação: 1177926

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 35/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CONGONHAS

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, José Lúcio de Castro, portador do RG nº. 13.288.865 e do CPF nº. 007.727.468-77, e a **SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CONGONHAS**, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.300.686/0001-06, com sede a Travessa Raimundo Sabará, nº 67, Bairro da Praia, Congonhas, Minas Gerais, representada por seu Presidente Ricardo Gottfried Ferreira de Oliveira, portador do RG MG 10.665.916 e do CPF nº. 041.904.486-80. Objeto: Repasse de recursos financeiros através de emenda impositiva para o "Campeonato de pombos correio da Sociedade Columbófila de Congonhas", congregando pessoas de ambos os sexos, simpatizantes pela Columbofilia como forma de esporte e lazer. Valor: R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 19. Unidade: 01. Função: 27. Subfunção: 813. Programa: 0043. Atividade: 0.096 – Apoio a Entidades – Esporte – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições – Fonte: 1500. Ficha 1520. Vigência: 19/08/2025 a 31/03/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; José Lúcio de Castro, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; Ricardo Gottfried Ferreira de Oliveira, Presidente da Sociedade Columbófila de Congonhas.

Código de Validação: 1178026

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº 46/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CONGONHAS – IHGC

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Cultura, Pedro Geraldo Cordeiro, portador do RG nº. MG-3.062.541 e CPF nº. 613.335.606.53, e o **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CONGONHAS - IHGC**, inscrito no CNPJ sob o nº. 40.894.650/0001-42, com sede a Rua Kaio Felipe Pacheco de Almeida, nº 244, Bairro Vila Zé Arigó, Congonhas, Minas Gerais, representado por seu Presidente André Sanches Candreva, portador do RG MG 7.363.497 e do CPF nº. 764.511.006-68. Objeto: Repasse de recursos para a implementação do projeto "Ações Culturais IHGC 2025", que promoverá passeios culturais e realizará palestras, com o propósito de divulgar a cultura e a história de Congonhas. Valor: R\$68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 27. Unidade: 01. Função: 13. Subfunção: 392. Programa: 0023. Atividade: 0.095 – Apoio a Entidades – Cultura – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições – Fonte: 1500. Ficha 1180. Vigência: 19/08/2025 até 31/08/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Pedro Geraldo Cordeiro, Secretário Municipal de Cultura; André Sanches Candreva, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas – IHGC.

Código de Validação: 1178126

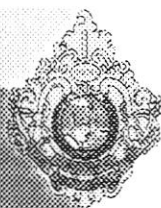
ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 21/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O GRUPO ESCOTEIRO CIDADE DOS PROFETAS

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de

Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 28 de Agosto de 2025 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 15 | Nº 4062

TERMO DE FOMENTO Nº. 45/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, portador do RG nº. M2222526 e do CPF nº. 427.001.756-20, e a **ASSOCIAÇÃO AMAR E CONECTAR**, inscrita no CNPJ sob o nº. 51.072.378/0001-31, com sede a rua Hematita, nº 128, Bairro Praia, Congonhas, Minas Gerais, representada por sua Presidente, Camila Soares Rodrigues dos Santos, portadora do RG MG 16.968.589 e do CPF nº. 102.403.616-28. Objeto: Repasse de recursos financeiros para desenvolver ação de apoio e orientação sócio familiar para crianças e adolescentes neurodivergentes, através do projeto CRESCER E CONECTAR, priorizando aqueles em situação de vulnerabilidade social. Valor: R\$375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – Saúde – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) – Fonte: 1500. Vigência: 19/08/2025 a 31/08/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, Secretário Municipal de Saúde; Camila Soares Rodrigues dos Santos, Presidente da Associação Amar e Conectar.

Código de Validação: 1177926

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 35/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E A SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CONGONHAS

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, José Lúcio de Castro, portador do RG nº. 13.288.865 e do CPF nº. 007.727.468-77, e a **SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CONGONHAS**, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.300.686/0001-06, com sede a Travessa Raimundo Sabará, nº 67, Bairro da Praia, Congonhas, Minas Gerais, representada por seu Presidente Ricardo Gottfried Ferreira de Oliveira, portador do RG MG 10.665.916 e do CPF nº. 041.904.486-80. Objeto: Repasse de recursos financeiros através de emenda impositiva para o "Campeonato de pombos correio da Sociedade Columbófila de Congonhas", congregando pessoas de ambos os sexos, simpatizantes pela Columbofilia como forma de esporte e lazer. Valor: R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 19. Unidade: 01. Função: 27. Subfunção: 813. Programa: 0043. Atividade: 0.096 – Apoio a Entidades – Esporte – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições – Fonte: 1500. Ficha 1520. Vigência: 19/08/2025 a 31/03/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; José Lúcio de Castro, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; Ricardo Gottfried Ferreira de Oliveira, Presidente da Sociedade Columbófila de Congonhas.

Código de Validação: 1178026

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº 46/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CONGONHAS – IHGC

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Cultura, Pedro Geraldo Cordeiro, portador do RG nº. MG-3.062.541 e CPF nº. 613.935.686-53, e o **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CONGONHAS - IHGC**, inscrito no CNPJ sob o nº. 40.894.650/0001-42, com sede a Rua Kaio Felipe Pacheco de Almeida, nº 244, Bairro Vila Zé Arigó, Congonhas, Minas Gerais, representado por seu Presidente André Sanches Candreva, portador do RG MG 7.363.497 e do CPF nº. 764.511.006-68. Objeto: Repasse de recursos para a implementação do projeto "Ações Culturais IHGC 2025", que promoverá passeios culturais e realizará palestras, com o propósito de divulgar a cultura e a história de Congonhas. Valor: R\$68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão: 27. Unidade: 01. Função: 13. Subfunção: 392. Programa: 0023. Atividade: 0.095 – Apoio a Entidades – Cultura – Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições – Fonte: 1500. Ficha 1180. Vigência: 19/08/2025 até 31/08/2026. Congonhas, 28 de agosto de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito Municipal de Congonhas; Pedro Geraldo Cordeiro, Secretário Municipal de Cultura; André Sanches Candreva, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas – IHGC.

Código de Validação: 1178126

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERMO DE FOMENTO Nº. 21/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O GRUPO ESCOTEIRO CIDADE DOS PROFETAS

Participes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de